



Há palavras que, no imaginário contemporâneo, parecem conter já um julgamento antes mesmo de serem explicadas. Uma delas é **Inquisição**.

Para milhões de pessoas, a simples menção dessa palavra evoca imediatamente imagens de fogueiras, tortura, fanatismo, obscurantismo e de uma Igreja obcecada pela perseguição daqueles que pensavam de maneira diferente. Essa imagem foi repetida tantas vezes em livros, filmes, documentários, redes sociais e discursos políticos que parece já não precisar de provas. Basta pronunciar a palavra.

Mas a história não funciona assim.

A história não pode ser estudada através de imagens isoladas, números retirados do seu contexto, narrativas propagandísticas ou categorias jurídicas do século XXI aplicadas mecanicamente às sociedades medievais e do início da modernidade. E isso não significa negar os abusos, as injustiças ou os erros cometidos por pessoas e instituições eclesiais. Significa algo muito mais simples e, ao mesmo tempo, muito mais exigente: **buscar toda a verdade**.

Um católico não precisa mentir para defender a Igreja.

Da mesma forma, não deve negar os pecados dos seus filhos.

A Igreja é santa por Cristo, pela sua doutrina, pelos seus sacramentos e pela graça que comunica; mas os seus membros, incluindo clérigos, funcionários e juizes eclesiais, eram e são seres humanos capazes de pecar.

Precisamente por isso, a resposta cristã à história não deveria ser nem uma defesa complexada e envergonhada nem uma apologética propagandística.

Deveria ser a verdade.

Como ensina Nosso Senhor:

▮ *«Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará» (Jo 8,32).*

Esta afirmação é extremamente importante quando falamos da Inquisição. A verdade histórica pode ser desconfortável sob alguns aspectos, mas também pode libertar os cristãos das caricaturas construídas ao longo dos séculos.



A pergunta, portanto, não é simplesmente:

«**A Inquisição era boa ou má?**»

A verdadeira pergunta é muito mais complexa:

O que foram realmente as Inquisições? Por que surgiram? Quais crimes perseguiram? Como funcionavam? Que relação tinham com as autoridades civis? Quantas pessoas foram realmente condenadas? Que parte da imagem popular se baseia em fatos documentados e que parte se baseia em exagerações propagandísticas posteriores? E, sobretudo: como deve compreender tudo isso um católico à luz da fé?

É aqui que começa uma conversa muito mais séria.

1. Antes de falar da Inquisição, precisamos abandonar uma ideia preconcebida

Um dos erros mais frequentes consiste em falar «**da Inquisição**» como se tivesse sido uma única instituição, com procedimentos, competências e objetivos idênticos durante mil anos.

Não foi assim.

Dependendo do lugar e da época, existiram diferentes tribunais e instituições inquisitoriais.

Houve formas de **Inquisição episcopal** na Idade Média, a **Inquisição medieval pontifícia**, a **Inquisição espanhola**, a **Inquisição portuguesa**, a **Inquisição romana**, além de outras instituições ligadas à defesa da ortodoxia.

As suas competências, procedimentos e relações com as autoridades civis eram diferentes.

Por isso, é historicamente impreciso falar da «Inquisição» como se tivesse sido uma instituição uniforme.

Seria como estudar toda a história política europeia sob o termo geral de «monarquia».



Não é historicamente correto.

A palavra *inquisitio* significa simplesmente **investigação ou busca**.

O inquisidor era, em geral, aquele que investigava determinadas acusações relacionadas com a heresia e com outras questões que faziam parte da competência do tribunal.

Naturalmente, isso não transforma automaticamente todo inquisidor em uma pessoa virtuosa nem todo processo em um processo justo. Mas mostra algo fundamental:

O significado original de uma instituição não pode ser deduzido exclusivamente da imagem que posteriormente foi construída ao seu redor.

2. A Europa medieval não compreendia a religião como nós compreendemos o Estado moderno

Este ponto é fundamental.

Os homens contemporâneos tendem a conceber a religião como uma questão estritamente privada.

«Eu acredito no que quero, você acredita no que quiser e o Estado não deveria se envolver.»

Essa concepção possui uma determinada história e não pode simplesmente ser transferida para as sociedades medievais.

Durante séculos, a Europa foi uma sociedade na qual a religião constituía um dos fundamentos da vida pública, jurídica, cultural e política.

A pertença religiosa não era considerada simplesmente como uma preferência privada, comparável à escolha de um hobby, de uma equipe esportiva ou de um estilo musical.

A religião estava ligada a:



- a identidade da comunidade;
- a legislação;
- a educação;
- a moral pública;
- o matrimônio;
- os juramentos;
- as instituições políticas;
- a concepção do bem comum;
- a concepção de determinadas autoridades;
- a compreensão da unidade social.

Isso não significa que uma sociedade assim fosse justa em todos os aspectos.

Significa que precisamos compreender a sua estrutura mental.

Um homem medieval não podia considerar a heresia simplesmente como «outra opinião», mas como uma ameaça à ordem religiosa e social.

Isso pode parecer estranho à mentalidade atual, mas é indispensável se quisermos estudar a história honestamente.

E é aqui que encontramos um dos grandes perigos do debate contemporâneo.

Uma sociedade na qual a religião era considerada uma parte essencial do bem comum é julgada exclusivamente através de categorias surgidas séculos depois.

Isso não é história.

É anacronismo.

3. Por que surgiram os tribunais da Inquisição?

Para compreender este fenômeno precisamos observar o desenvolvimento de algumas heresias medievais.

Um dos casos mais conhecidos foi o dos **cátaros ou albigenses**, difundidos sobretudo em



algumas regiões do sul da França.

O problema não consistia simplesmente no fato de algumas pessoas terem opiniões diferentes sobre determinadas questões teológicas.

O catarismo continha doutrinas incompatíveis com elementos fundamentais da fé cristã, sobretudo uma concepção dualista da realidade que dizia respeito à doutrina sobre Deus, sobre a criação e sobre a matéria.

A Igreja não considerava tais doutrinas como uma simples variante do cristianismo.

Tratava-se de heresias.

Mas também existia uma dimensão política e social.

As heresias podiam entrelaçar-se com conflitos entre cidades, nobres e poderes territoriais. Em uma sociedade na qual a unidade religiosa estava estreitamente ligada à unidade política, a questão assumia inevitavelmente uma dimensão pública.

Isso nos ajuda a compreender por que a luta contra a heresia não era considerada exclusivamente um problema pastoral.

Era também considerada uma questão jurídica.

E aqui encontramos uma distinção fundamental:

A Igreja não era a única instituição envolvida na repressão da heresia.

As autoridades civis também participavam.

De fato, durante grande parte da história europeia, as penas civis podiam ser muito mais severas do que as penitências impostas por um tribunal eclesiástico.

Isso não significa que a Igreja possa simplesmente se eximir de toda responsabilidade pelas consequências civis das suas condenações.

Mas significa que a ideia segundo a qual «a Igreja inventou a Inquisição e sozinha matou todos aqueles que pensavam de forma diferente» é historicamente demasiado simplista.



4. A Igreja medieval não inventou a ideia de que a heresia poderia ser um crime público

Aqui entramos em um terreno difícil.

A relação entre religião, heresia e direito público já existia antes da Inquisição medieval.

O Império Romano cristão, sobretudo a partir de Constantino e sob os imperadores posteriores, desenvolveu uma legislação contra determinadas formas de dissidência religiosa.

Durante séculos, tanto as autoridades civis como as eclesiásticas consideraram a unidade religiosa como um possível elemento da estabilidade política.

Isso não começou com os inquisidores medievais.

E não terminou com eles.

As sociedades confessionais da Europa do início da modernidade, tanto católicas como protestantes, conservaram diversas formas de controle religioso.

Também em alguns territórios protestantes foram impostas penas severas contra determinadas formas de dissidência religiosa.

E também em sociedades confessionais não europeias encontramos mecanismos destinados a proteger legalmente a religião dominante.

A questão histórica, portanto, é muito mais ampla:

Por que as sociedades pré-modernas consideravam a religião uma questão de ordem pública?

Essa é a verdadeira pergunta.



5. Reconhecer o contexto não significa justificar tudo

Aqui devemos ser especialmente claros.

Explicar não significa justificar.

Compreender a mentalidade de uma época não nos obriga a considerar moralmente bom tudo aquilo que aquela sociedade fez.

Um historiador pode explicar por que uma sociedade aceitava a escravidão sem afirmar que a escravidão fosse moralmente boa.

Pode explicar por que existiam guerras de religião sem aprová-las.

Pode explicar por que determinados tribunais utilizavam determinadas penas sem considerar automaticamente justas tais penas.

E o mesmo vale para a Inquisição.

Um católico não é obrigado a afirmar que todo processo inquisitorial foi justo.

Não precisa defender a tortura.

Não precisa justificar os erros judiciais.

Não precisa negar que algumas pessoas foram condenadas.

Não precisa negar que algumas pessoas foram executadas.

Não precisa transformar todo inquisidor em um santo.

Porque a defesa da Igreja não depende da negação da realidade.



6. A tortura: uma questão que exige precisão

Um dos elementos mais utilizados para construir a imagem popular da Inquisição é a tortura.

E aqui precisamos evitar dois extremos.

O primeiro consiste em dizer:

«A Inquisição nunca utilizou a tortura.»

Seria falso.

O segundo consiste em imaginar que os inquisidores torturavam indiscriminadamente todo acusado e que as câmaras de tortura eram praticamente o centro cotidiano de todos os tribunais.

Isso também não corresponde à realidade histórica.

A tortura existia nos sistemas jurídicos medievais e do início da modernidade, tanto nos tribunais civis como nos eclesiásticos.

Os tribunais inquisitoriais chegaram efetivamente a utilizá-la em determinadas circunstâncias e com determinadas limitações jurídicas.

Isso não torna moralmente admirável a tortura.

O fato de outros tribunais a utilizarem também não deveria ser automaticamente considerado uma justificativa.

Do ponto de vista cristão, a dignidade do ser humano exige que até mesmo o culpado seja tratado como pessoa.

O fato de uma determinada sociedade aceitar legalmente uma prática não torna automaticamente essa prática moralmente boa.

Esta distinção é de extraordinária importância para uma apologética católica intelectualmente honesta.



7. A Igreja não precisa defender a tortura para defender a sua história

Existe uma tentação apologética muito perigosa.

Quando alguém acusa a Igreja de alguma coisa, o católico pode sentir a necessidade de responder:

«Mas os outros fizeram coisas ainda piores.»

Pode ser verdade.

Mas nem sempre é uma boa resposta.

Se alguém pergunta sobre os abusos de um tribunal inquisitorial, dizer:

«Os protestantes também perseguiram os hereges»

não responde completamente à pergunta.

Se alguém pergunta sobre as execuções:

«Os Estados europeus executaram muito mais pessoas»

não resolve por si só a questão moral.

A resposta correta precisa ser mais madura:

«Sim, houve abusos e determinadas penas que hoje reconhecemos como injustas ou incompatíveis com uma compreensão adequada da dignidade humana. Mas, para julgar historicamente a Inquisição, precisamos distinguir entre fatos documentados e exagerações posteriores, comparar os seus procedimentos com os sistemas jurídicos da época e evitar atribuir automaticamente à Inquisição todo abuso cometido pelas autoridades civis.»

Essa resposta é muito mais sólida.



E também muito mais católica.

8. Como funcionava realmente um processo inquisitorial?

Outro mito difundido consiste em imaginar que um inquisidor poderia prender arbitrariamente qualquer pessoa, torturá-la e queimá-la sem julgamento.

A realidade era mais complexa.

Os tribunais inquisitoriais desenvolveram procedimentos jurídicos.

Havia acusações, investigações, declarações, testemunhos e diferentes possibilidades processuais.

Em alguns casos, o objetivo consistia em obter uma confissão e a reconciliação.

As penas podiam ser muito diferentes.

Entre elas estavam:

- penitências espirituais;
- jejuns;
- peregrinações;
- multas;
- determinadas obrigações religiosas;
- prisão;
- sinais penitenciais;
- reconciliação com a Igreja;
- e, nos casos mais graves, quando havia persistência obstinada na heresia, a entrega à autoridade civil.

Este último ponto é fundamental.

Um tribunal eclesiástico podia declarar uma pessoa culpada de heresia e, em determinadas



circunstâncias históricas, entregá-la às autoridades civis para que estas aplicassem a pena prevista pelo direito civil.

É, portanto, historicamente impreciso imaginar o inquisidor simultaneamente como investigador, juiz, carrasco e executor da pena civil.

Entre as jurisdições eclesiástica e civil existia uma complexa interação.

9. «Entregue ao braço secular»: uma expressão que precisa ser explicada

Uma das fórmulas que mais escandaliza o leitor moderno é a **entrega ao braço secular**.

O que significa?

Em geral, em um caso de heresia, um tribunal eclesiástico podia proferir uma sentença e entregar o condenado às autoridades civis para que estas executassem a pena prevista pelo direito civil.

Isso mostra algo muito importante:

A Inquisição não funcionava em um vazio político.

Estava inserida em sociedades nas quais a autoridade civil e a religiosa mantinham relações muito estreitas.

Por isso é necessário distinguir entre:

- doutrina católica;
- direito canônico;
- decisões dos tribunais eclesiásticos;
- legislação civil;
- decisões dos monarcas;
- ações dos funcionários;
- e abusos concretos cometidos por indivíduos.



Reunir tudo isso sob o termo «Igreja» conduz a uma explicação historicamente errada.

10. A Inquisição espanhola: provavelmente o caso mais manipulado

Quando hoje as pessoas falam da Inquisição, pensam imediatamente na **Inquisição espanhola**.

Foi instituída em 1478 sob Fernando e Isabel e permaneceu em atividade durante séculos, até à sua abolição definitiva no século XIX.

A sua história está ligada a questões religiosas, políticas e sociais de extraordinária complexidade.

Entre os seus objetivos originais estava a investigação sobre a sinceridade da conversão de alguns convertidos do judaísmo e, posteriormente, sobre diversos fenómenos considerados heréticos ou contrários à ortodoxia católica.

Com o tempo, a sua jurisdição ampliou-se para diferentes áreas.

Também aqui precisamos evitar outro erro:

A Inquisição espanhola não foi simplesmente um tribunal contra os judeus.

Investigou também casos envolvendo cristãos-velhos, convertidos, protestantes, os alumbrados, alguns casos de bigamia, determinadas questões relacionadas com a superstição e a blasfêmia, afirmações heréticas e outras matérias.

Além disso, não se deve identificar a Inquisição com a expulsão dos judeus de 1492.

A expulsão foi uma decisão de Fernando e Isabel.

Inquisição e política de expulsão estavam relacionadas com o contexto religioso da época, mas não eram nem a mesma instituição nem o mesmo acontecimento.



11. Quantas pessoas foram executadas?

Aqui entramos em uma das áreas nas quais a propaganda produziu alguns dos números mais espetaculares.

Durante séculos circularam números enormes relativos às vítimas da Inquisição espanhola.

Em algumas representações falava-se de centenas de milhares ou até milhões de pessoas executadas.

A pesquisa histórica moderna, baseada nos arquivos, reduziu significativamente muitos desses números tradicionais.

Isso não significa que as execuções nunca tenham acontecido.

Aconteceram.

Algumas pessoas foram condenadas à morte.

Houve *autos de fé* e pessoas entregues às autoridades civis.

Mas os números efetivos são muito inferiores aos de muitas cifras tradicionais difundidas pela propaganda anticatólica e antiespanhola.

Os estudos de arquivo sobre a Inquisição mostram também que as taxas de condenação e execução variaram muito conforme o período.

Nos primeiros anos de alguns tribunais, os números foram muito mais elevados do que nos períodos posteriores.

A instituição mudou ao longo do tempo.

E isso demonstra mais uma vez uma regra fundamental:

Uma instituição que existe durante vários séculos não pode ser estudada como se tivesse permanecido idêntica do início ao fim.



12. De onde nasce aquilo que é chamado de «Lenda Negra»?

A expressão **Lenda Negra** é utilizada sobretudo para descrever uma tradição propagandística que apresentava a Espanha e o mundo hispânico como excepcionalmente cruéis, fanáticos, intolerantes e atrasados.

A Inquisição teve um papel central na construção dessa imagem.

Também a conquista da América.

Durante as guerras religiosas e políticas do início da modernidade, os inimigos da Espanha encontraram nas representações da crueldade espanhola um instrumento propagandístico particularmente eficaz.

Autores, impressores e polemistas difundiram narrativas nas quais acontecimentos reais se misturavam com exageros, testemunhos de segunda mão, números inflacionados e cenas destinadas a provocar uma forte reação emocional.

Isso não significa que todas as acusações fossem falsas.

E aqui precisamos fazer uma distinção decisiva.

A existência de propaganda não torna automaticamente falso tudo aquilo que a propaganda afirma.

Esse é um dos erros de uma má apologética.

Se um adversário da Igreja relata uma crueldade realmente cometida, essa crueldade não se torna falsa simplesmente porque o narrador é um adversário.

A tarefa do historiador é verificá-la.



13. A propaganda funciona melhor quando contém uma parte de verdade

Esta é talvez uma das lições mais importantes para o nosso tempo.

A propaganda mais eficaz geralmente não inventa tudo.

Ela pega:

- um fato real;
- separa-o do seu contexto;
- generaliza-o;
- amplia o seu alcance;
- elimina os elementos contrários;
- acrescenta imagens emocionalmente muito fortes;
- e finalmente transforma um episódio isolado em uma descrição universal.

Isso aconteceu repetidamente com a Inquisição.

Um caso real transforma-se em:

«A Igreja sempre fez isso.»

Um determinado tribunal transforma-se em:

«Todos os católicos eram assim.»

Uma condenação transforma-se em:

«A Igreja ensinava que era preciso matar qualquer pessoa que discordasse dela.»

Uma cifra exagerada transforma-se em:

«Milhões de pessoas foram queimadas.»

O mecanismo é simples.

E é surpreendentemente atual.



14. A Lenda Negra não é apenas um problema do passado

Hoje não precisamos de panfletos impressos para construir uma lenda.

Temos as redes sociais.

Temos os vídeos curtos.

Temos os títulos.

Temos os algoritmos.

Temos imagens geradas ou manipuladas digitalmente.

Temos fragmentos de documentários sem contexto.

Temos posts virais que resumem quinhentos anos de história em três frases.

A lógica é exatamente a mesma.

Um usuário publica:

┆ «*A Igreja durante a Inquisição queimou milhões de pessoas.*»

Milhares de pessoas compartilham.

A cifra parece impressionante.

A imagem provoca indignação.

E o algoritmo recompensa a emoção.

Mas ninguém pergunta:



Qual é a fonte?

A que período se refere?

Qual tribunal?

Qual região?

Qual documentação?

Quais historiadores calcularam essa cifra?

Estamos falando de condenações ou de execuções?

Estão sendo confundidos tribunais civis e eclesiásticos?

A educação histórica torna-se assim uma forma de resistência intelectual.

15. Um católico não deve ter medo de reconhecer os pecados dos católicos

Aqui chegamos ao coração do problema espiritual.

Um católico pode ser tentado a pensar:

«Se eu admitir que houve abusos, forneço argumentos contra a Igreja.»

Não.

Se os abusos ocorreram e nós os reconhecemos, fazemos algo muito mais cristão:

dizemos a verdade.

A Igreja não é sustentada pelo fato de todos os seus membros terem sido perfeitos.

Se essa fosse a condição, a Igreja teria desaparecido já no primeiro século.



Pedro negou Cristo.

Judas o traiu.

Os Apóstolos discutiram sobre quem era o maior.

Os coríntios cometeram graves faltas.

Os gálatas caíram em erros doutrinários.

A história da Igreja está cheia de santos, mas também de pecadores.

Isso não é uma refutação da Igreja.

É precisamente aquilo que se pode esperar de uma comunidade composta por homens que precisam da redenção.

16. A santidade da Igreja não significa ausência de pecado nos seus membros

A teologia católica distingue cuidadosamente entre a santidade da Igreja e a perfeita santidade moral de todos os seus membros.

A Igreja é santa porque:

- Cristo é a sua Cabeça;
- o Espírito Santo lhe dá vida;
- possui a plenitude dos meios de salvação;
- conserva integralmente o depósito da fé;
- celebra os sacramentos;
- anuncia a verdade revelada;
- e é chamada a conduzir os homens a Deus.

Isso, contudo, não significa que cada membro da Igreja aja sempre santamente.

A história demonstra exatamente o contrário.



Portanto, quando alguém diz:

«Um inquisidor fez algo injusto; portanto, a doutrina católica é falsa»,
comete um salto lógico.

O comportamento pecaminoso de um cristão não demonstra a falsidade do cristianismo.

Da mesma forma, a corrupção de um médico não demonstra que a medicina seja falsa.

A corrupção de um juiz não demonstra que a justiça não exista.

17. A própria Igreja desenvolveu uma consciência crítica da sua história

A Igreja não ensina que todo comportamento histórico dos seus membros tenha sido irrepreensível.

Pelo contrário.

Em diferentes momentos da história, a própria Igreja pediu perdão pelos pecados cometidos pelos seus filhos.

Isso é profundamente coerente com o cristianismo.

O cristianismo não precisa de uma memória histórica perfeita.

Precisa de uma memória verdadeira.

O Evangelho não apresenta os discípulos como heróis sem mácula.

Apresenta-os como homens transformados pela graça.

A Igreja não diz:

«Nunca pecamos.»



Diz essencialmente:

«**Cristo é santo e nós devemos converter-nos continuamente a Ele.**»

18. Isso significa que a Igreja estava teologicamente errada quando combatia a heresia?

Aqui precisamos distinguir diferentes questões.

A Igreja tem o dever de guardar a verdade revelada.

São Paulo adverte com grande severidade:

«*Mas, ainda que nós mesmos ou um anjo do céu vos anunciasse outro Evangelho além daquele que vos anunciamos, seja anátema!*»
(Gl 1,8).

A doutrina católica sobre a verdade religiosa não afirma que todas as religiões sejam igualmente verdadeiras.

A Igreja confessa que existe uma verdade objetiva sobre Deus e sobre a salvação.

Portanto:

A defesa da doutrina contra a heresia não é, em si mesma, contrária ao Evangelho.

A questão problemática surge quando distinguimos entre:

1. a defesa da verdade;
2. a persuasão através da pregação;
3. a correção pastoral;



4. a determinação das consequências jurídicas;
5. o uso da coerção civil;
6. a aplicação de determinadas penas.

Essas realidades não são exatamente a mesma coisa.

19. A verdade não precisa da violência para ser verdadeira

Este é um princípio pastoral de extraordinária importância.

A fé cristã é proposta à inteligência e ao coração.

Não podemos produzir uma fé autêntica através da violência.

Podemos obrigar exteriormente uma pessoa a realizar um ato.

Não podemos obrigá-la a acreditar interiormente.

Podemos ameaçar.

Podemos punir.

Podemos produzir conformidade exterior.

Mas somente a graça e a verdade podem transformar o coração.

Nosso Senhor não transformou os Apóstolos em uma polícia religiosa.

Enviou-os para anunciar o Evangelho.

┃ *«Ide, pois, e fazei discípulos de todos os povos» (Mt 28,19).*

A evangelização cristã coloca no centro a conversão.



E a verdadeira conversão pressupõe liberdade.

20. Mas liberdade religiosa não significa relativismo

Aqui devemos evitar outro extremo moderno.

Reconhecer a dignidade da consciência não significa afirmar que todas as religiões sejam igualmente verdadeiras.

A Igreja mantém simultaneamente duas realidades:

A verdade existe, e

a pessoa humana possui uma dignidade que deve ser respeitada.

Não devemos colocar verdade e dignidade uma contra a outra.

Ambas pertencem à antropologia cristã.

A liberdade não significa ter moralmente o direito de transformar o erro em verdade.

Significa que uma pessoa, no âmbito religioso, não deve ser submetida a uma coerção injusta.

A consciência deve ser formada pela verdade.

Portanto, a verdadeira liberdade não consiste simplesmente em dizer:

«Acredito no que quero.»

Consiste em poder aderir sem coerção injusta ao bem e à verdade.



21. A grande diferença entre a Igreja e a mentalidade moderna

Paradoxalmente, tanto a Inquisição como a sociedade moderna podem cair no mesmo erro partindo de dois extremos opostos.

A sociedade pré-moderna podia ser tentada a pensar:

«A unidade religiosa deve ser imposta exteriormente.»

A sociedade moderna pode cair no outro extremo:

«Não existe verdade religiosa objetiva; tudo é apenas uma preferência privada.»

O cristianismo rejeita ambas as reduções.

A verdade religiosa é objetiva.

Mas a fé deve ser livre.

O homem precisa de uma conversão interior.

E a evangelização não pode ser reduzida à coerção.

22. Não devemos confundir defesa doutrinal com perseguição arbitrária

Outro argumento frequente contra o catolicismo é:

«Se a Igreja condenava a heresia, então não tolerava nenhuma liberdade de pensamento.»

Isso exige uma distinção.

A Igreja sempre ensinou que existem verdades que não são negociáveis.



Isso não é exclusivamente um fenômeno religioso.

A ciência também estabelece que determinadas afirmações são falsas.

O direito estabelece que determinadas ações são ilegais.

Uma universidade pode considerar alguns argumentos infundados.

Toda sociedade possui mecanismos para distinguir entre verdade e erro.

O problema surge quando a defesa da verdade se transforma em abuso de poder.

A Igreja deve, portanto, distinguir cuidadosamente entre:

autoridade doutrinal legítima

e

exercício injusto da coerção.

23. A Inquisição deve ser estudada também à luz da história do direito

Um aspecto que frequentemente desaparece das representações populares é que os procedimentos inquisitoriais faziam parte do desenvolvimento histórico do direito europeu.

Os tribunais inquisitoriais contribuíram, em determinados contextos, para o desenvolvimento de procedimentos investigativos mais sistemáticos.

Isso não significa idealizá-los.

Significa colocá-los no contexto da evolução das instituições jurídicas.

O direito medieval passou gradualmente de modelos nos quais as acusações dependiam fortemente das partes privadas e de determinadas formas rituais de prova para sistemas investigativos mais estruturados.



A *inquisitio* fez parte dessa evolução.

É muito mais interessante do que a caricatura dos «padres à procura de vítimas».

24. A Inquisição era exclusivamente um tribunal religioso?

Não exatamente.

Era uma instituição religiosa quanto aos objetivos e às competências, mas funcionava dentro de sociedades políticas concretas.

Em determinados territórios, sobretudo no início da modernidade, a autoridade monárquica exercia uma influência considerável sobre alguns tribunais.

A Inquisição espanhola constitui um exemplo particularmente importante.

Portanto, seria errado atribuir diretamente à doutrina católica toda decisão política tomada por uma monarquia católica.

Os monarcas tinham interesses políticos.

Os funcionários tinham interesses pessoais.

Os tribunais podiam cometer erros.

Os inquisidores podiam agir com prudência ou dureza.

Igreja, Coroa e sociedade não eram uma realidade indistinguível.



25. A Inquisição espanhola e o poder da Coroa

A Inquisição espanhola manteve uma relação particularmente estreita com a monarquia.

A nomeação do Inquisidor-Geral e a estrutura do tribunal demonstram esse vínculo.

Isso levou alguns historiadores a descrevê-la como uma instituição eclesiástica profundamente integrada na estrutura da monarquia hispânica.

Portanto, seria errado atribuir diretamente à doutrina católica toda decisão política tomada pela Coroa.

Os monarcas tinham interesses políticos.

Os funcionários tinham interesses pessoais.

Os tribunais podiam cometer erros.

Os inquisidores podiam agir com prudência ou dureza.

Igreja, Coroa e sociedade não eram uma realidade indistinguível.

26. Os *Autos de Fé*: outra imagem que precisa ser contextualizada

A expressão **Auto de Fé** evoca imediatamente em muitas pessoas a imagem de uma fogueira.

Um *Auto de Fé*, contudo, era fundamentalmente **um ato público no qual eram proclamadas sentenças e se realizava um ato penitencial e de reconciliação**.

Não era sinônimo de execução.

Alguns condenados podiam receber penas espirituais ou jurídicas sem serem executados.



Quando a pena capital era aplicada, a execução era realizada pela autoridade civil.

Portanto:

Auto de Fé ≠ execução automática.

A confusão entre essas duas realidades contribuiu significativamente para a imagem popular da Inquisição.

27. É preciso ser extremamente prudente com os números

Uma das regras fundamentais da historiografia séria é:

Quanto mais espetacular for um número histórico, mais precisamente precisamos saber de onde ele vem.

Quem o calculou?

Com base em quais documentos?

Para qual período?

Para qual território?

Trata-se de condenações?

Trata-se de execuções?

Inclui sentenças anuladas?

Inclui tribunais civis?

É uma estimativa ou um dado documentado?

Essas perguntas são particularmente importantes no caso da Inquisição.



Os estudos de arquivo dos últimos séculos permitiram corrigir muitos exageros.

Mas corrigir os exageros não significa transformar a Inquisição em uma instituição perfeita.

Significa simplesmente que **a história deve basear-se nos documentos e não em números destinados a provocar indignação.**

28. Por que a Inquisição ainda é tão útil para atacar a Igreja?

Porque funciona como símbolo.

Não é necessário conhecer a sua história.

Basta pronunciar a palavra.

«Inquisição.»

E muitas pessoas completam mentalmente o resto.

O mesmo acontece com determinadas imagens da Idade Média.

«Idade Média» transforma-se em:

- ignorância;
- obscuridade;
- fanatismo;
- superstição;
- atraso.

Mas a Idade Média produziu universidades, catedrais, hospitais, sistemas jurídicos, música, arte, literatura, pesquisa científica e um extraordinário desenvolvimento intelectual.

Tomás de Aquino não é produto de uma civilização intelectualmente morta.

Nem o são as universidades medievais.



Reduzir aquele mundo ao «fanatismo religioso» é historicamente insustentável.

29. A Igreja medieval também foi uma instituição intelectual

Este ponto é particularmente importante.

A mesma civilização que produziu a Inquisição produziu também:

- Santo Anselmo;
- Santo Alberto Magno;
- São Tomás de Aquino;
- São Boaventura;
- São Bernardo;
- Santa Hildegarda;
- e uma gigantesca tradição filosófica, jurídica e teológica.

As universidades medievais nasceram em grande parte dentro de um mundo cristão.

A teologia escolástica desenvolveu rigorosos métodos de argumentação.

A filosofia aristotélica foi estudada, discutida e reinterpretada.

Discutiam-se questões relativas a:

- liberdade;
- consciência;
- lei natural;
- justiça;
- guerra justa;
- autoridade;
- dignidade humana;
- economia;
- política;
- moral.



Reduzir aquele mundo ao «fanatismo religioso» é historicamente insustentável.

30. A Igreja não foi simplesmente inimiga da razão

A própria tradição católica afirma que fé e razão não são inimigas.

A afirmação de que Deus é a verdade significa que a verdade não pode contradizer a si mesma.

Por isso, a tradição cristã desenvolveu uma intensa reflexão racional sobre a fé.

A famosa fórmula escolástica *fides quaerens intellectum* — a fé que busca compreender — expressa perfeitamente essa dinâmica.

A Igreja não ensina:

«Não pense.»

Ensina:

«**Busque a verdade.**»

E é precisamente por isso que uma apologética verdadeiramente católica não deveria ter medo dos arquivos.

31. O problema de julgar o passado exclusivamente segundo categorias atuais

Hoje consideramos algumas penas e práticas jurídicas profundamente problemáticas, embora tenham sido aceitas durante séculos.



É normal.

As sociedades mudam.

O direito muda.

A sensibilidade moral muda.

A nossa compreensão de alguns aspectos da dignidade humana pode desenvolver-se.

Mas precisamos evitar dois erros.

O primeiro:

«Porque hoje pensamos de maneira diferente, todos os homens do passado eram monstros.»

O segundo:

«Porque aquela prática era normal naquela época, não poderia ser injusta.»

Ambas são simplificações.

Uma ação pode ter sido legal e socialmente aceita e, ainda assim, moralmente problemática.

Mas também precisamos compreender que os homens do passado agiam dentro de categorias mentais diferentes.

O historiador deve compreender.

O moralista deve julgar.

E o teólogo deve distinguir.



32. Um católico pode admitir que foram cometidas injustiças em nome da fé?

Sim.

E deveria fazê-lo.

Mas é necessária uma importante precisão:

«Em nome da fé» não significa necessariamente «exigido pela fé».

Um inquisidor poderia utilizar a religião para justificar uma decisão pessoalmente injusta.

Um monarca poderia utilizar a religião para consolidar o seu poder.

Um funcionário poderia agir por interesses econômicos.

Um sacerdote poderia agir por ambição.

O fato de alguém invocar Deus não significa automaticamente que a sua ação corresponda à vontade de Deus.

O próprio Nosso Senhor condenou aqueles que utilizavam exteriormente a religião enquanto interiormente se afastavam de Deus.

33. O Evangelho não nos permite equiparar religião e poder

Cristo rejeitou repetidamente a lógica do poder mundano.

Quando os seus discípulos discutiam sobre quem era o maior, Ele lhes ensinou:



«Quem quiser tornar-se grande entre vós, será vosso servo» (Mt 20,27).

Este ensinamento é um permanente alerta para toda autoridade eclesiástica.

A autoridade religiosa não é um privilégio com o qual se satisfazem ambições humanas.

É uma responsabilidade.

Portanto, quando uma autoridade eclesiástica usa o seu poder para vingar-se, enriquecer, humilhar ou perseguir injustamente alguém, não está realizando o Evangelho.

Está traindo-o.

34. A apologética católica deve abandonar ambos os extremos

Podemos identificar dois erros muito frequentes.

Primeiro extremo: uma apologética dominada pela vergonha

Diz:

«Sim, a Igreja foi terrível, mas é preciso compreender que...»

Começa concedendo toda a acusação e depois tenta justificar-se.

O resultado é que o católico parece sempre estar na defensiva.

Segundo extremo: a apologética propagandística

Diz:

«Tudo o que se diz sobre a Inquisição é uma mentira.»



Isso também não funciona.

Porque existem documentos, execuções, processos, torturas e abusos perfeitamente documentados.

Quando o interlocutor descobre que o apologeta negou fatos reais, toda a credibilidade desaparece.

Existe uma terceira via:

uma apologética fundamentada na verdade.

Reconhecer o que aconteceu.

Negar aquilo que é falso.

Contextualizar aquilo que foi retirado do contexto.

Corrigir os números.

Distinguir as responsabilidades.

E explicar a doutrina católica.

35. A regra de ouro: não negar aquilo que pode ser demonstrado

Se os documentos demonstram que um tribunal inquisitorial torturou um acusado, não devemos dizer:

«Isso nunca aconteceu.»

Devemos dizer:

«Sim, existem casos documentados. Vejamos agora quantos foram, em que circunstâncias ocorreram, quais normas existiam, como eram aplicadas e como devemos julgar moralmente



essa prática.»

A segunda resposta é infinitamente mais forte.

Porque não depende da negação.

Depende das provas.

36. Da mesma forma, não devemos aceitar afirmações sem provas

O movimento oposto é igualmente importante.

Se alguém diz:

«A Igreja queimou milhões de pessoas»,

não devemos responder com outro número improvisado.

Devemos perguntar:

«Qual é a fonte?»

Se a resposta for um filme, um vídeo publicado nas redes sociais ou um site sem referências, a conversa histórica ainda não começou.

A história exige documentos.

E os números exigem uma metodologia.



37. A verdade histórica é menos espetacular do que a propaganda

A realidade histórica geralmente é muito mais entediante do que uma lenda.

Nem sempre existe um culpado absolutamente mau.

Nem sempre existe uma vítima completamente inocente.

As instituições nem sempre são monolíticas.

Existem:

- juízes prudentes;
- juízes injustos;
- acusados culpados;
- acusados inocentes;
- funcionários honestos;
- funcionários corruptos;
- leis razoáveis;
- leis injustas;
- mudanças históricas;
- reformas;
- erros;
- correções;
- conflitos políticos.

É precisamente isso que torna a história história.

38. O que podemos aprender espiritualmente



com a história da Inquisição?

Muito.

Primeiro:

O pecado pode sempre infiltrar-se até mesmo nas instituições religiosas.

Precisamos, portanto, de uma conversão permanente.

Segundo:

A verdade não depende da perfeição moral daquele que a proclama.

Um sacerdote pecador pode pregar uma doutrina verdadeira.

Um bispo indigno pode administrar validamente um sacramento.

A graça de Deus não depende da perfeita santidade pessoal do ministro.

Terceiro:

O poder sem virtude facilmente se transforma em abuso.

Isso vale para um inquisidor medieval.

Mas também para um político moderno.

Para um juiz.

Para um jornalista.

Para um administrador.

Para qualquer pessoa que possua autoridade.



39. A grande lição para o nosso tempo: também temos os nossos «tribunais»

Esta é talvez a aplicação mais atual.

Criticamos a Inquisição enquanto vivemos em uma sociedade que também pode cair em mecanismos de perseguição social.

Hoje nem sempre queimamos pessoas.

Mas pode acontecer outra coisa:

- exposição pública;
- linchamento digital;
- perda do emprego;
- campanhas de difamação;
- exclusão social;
- censura informal;
- destruição da reputação.

Uma acusação que se torna viral pode ter consequências devastadoras sem que seja necessário um tribunal oficial.

E frequentemente sem uma verdadeira possibilidade de defesa.

O paradoxo é impressionante.

Uma sociedade que considera a Inquisição bárbara pode reproduzir coletivamente mecanismos de condenação através de instrumentos tecnológicos muito mais poderosos.

40. A cultura do cancelamento precisa de uma



antropologia cristã

A pessoa humana não pode ser reduzida ao seu pior erro.

O cristianismo ensina algo revolucionário:

O pecador pode converter-se.

Isso significa que a justiça deve existir, mas também deve existir a possibilidade do arrependimento.

A sociedade contemporânea pode transformar-se em um tribunal permanente no qual um erro cometido vinte anos atrás persegue uma pessoa durante toda a vida.

O Evangelho oferece algo diferente.

Não elimina a responsabilidade.

Mas abre a porta para a redenção.

41. «Não julgueis» não significa «não discernais»

Aqui encontramos outra confusão frequente.

Cristo diz:

┃ *«Não julgueis, para que não sejais julgados» (Mt 7,1).*

Mas isso não significa que os cristãos devam abandonar todo julgamento moral.

O próprio Evangelho exige discernimento.



A questão consiste em distinguir entre:

julgar uma ação

e

condenar definitivamente a alma de uma pessoa.

Podemos dizer:

«Este comportamento foi injusto»

sem dizer:

«Esta pessoa está eternamente condenada.»

O julgamento definitivo pertence a Deus.

Essa distinção também deve ser aplicada à historiografia.

Podemos estabelecer que determinadas ações foram injustas sem pretender conhecer todas as intenções interiores daqueles que as praticaram.

42. Como responder quando alguém diz: «A Igreja matou todos os que pensavam diferente»?

Uma resposta calma poderia ser:

«A história é mais complexa. Existiram tribunais inquisitoriais que investigaram e condenaram a heresia, e houve execuções. Isso não deve ser negado. Mas também é falso afirmar que a Igreja matava indiscriminadamente qualquer pessoa que pensasse de maneira diferente. É necessário distinguir entre tribunais, períodos, territórios, penas, leis civis e números documentados. Além disso, a perseguição religiosa foi uma característica de muitas sociedades confessionais da época, e



não exclusivamente do mundo católico.»

Depois podemos perguntar:

«De que período específico você está falando?»

Essa pergunta muda completamente a conversa.

43. Como responder à afirmação dos «milhões de mortos»?

Não devemos responder com outro número improvisado.

Devemos perguntar:

«Qual é a sua fonte?»

Depois:

«Você está falando da Inquisição medieval, espanhola ou romana?»

E:

«Está falando de pessoas condenadas ou executadas?»

Finalmente:

«Qual metodologia foi utilizada pelo autor dessa cifra?»

A conversa deixa de ser emocional e passa a ser histórica.



44. Como responder às imagens da tortura?

Podemos dizer:

«Sim, em alguns tribunais inquisitoriais foi utilizada a tortura, e não temos razão para negá-lo. Mas a imagem popular de uma tortura sistemática e indiscriminada não representa adequadamente o funcionamento histórico de todos os tribunais inquisitoriais. Precisamos estudar as normas, os procedimentos e os casos concretos.»

É muito mais difícil de refutar do que uma negação absoluta.

45. Como responder quando alguém diz: «A Inquisição prova que o cristianismo é falso»?

A resposta pode ser simples:

«Não. Ela demonstra que alguns cristãos cometeram pecados graves. Para demonstrar que o cristianismo é falso seria necessário demonstrar que Cristo não ressuscitou, que o Evangelho é falso ou que a doutrina cristã contradiz a realidade. O comportamento pecaminoso de membros da Igreja não refuta automaticamente a verdade da fé que eles próprios traíram.»

Este é um ponto lógico fundamental.

Quando um cristão age contra o Evangelho, age precisamente contra aquilo que afirma acreditar.



46. A Cruz é o critério último

O cristianismo não proclama:

«O poder é bom porque é exercido por cristãos.»

Proclama:

«O poder deve estar subordinado à verdade e ao bem.»

Cristo reina a partir da Cruz.

Não de um trono de poder político.

Não através da violência.

Não através do medo.

A Cruz revela que a autoridade cristã deve tornar-se serviço.

Portanto, toda autoridade eclesiástica que humilha, abusa ou persegue injustamente alguém contradiz o espírito de Cristo.

47. A Igreja precisa de historiadores, não de propagandistas

Um historiador católico sério não deveria partir da conclusão:

«Preciso demonstrar que a Inquisição foi perfeita.»

Deveria começar assim:

«Quero saber o que realmente aconteceu.»

Se os documentos mostram uma injustiça, deve reconhecê-la.



Se mostram um exagero, deve rejeitá-lo.

Se revelam um contexto complexo, deve explicá-lo.

Se as cifras tradicionais estão erradas, deve corrigi-las.

Essa é uma verdadeira defesa da verdade.

48. O católico do século XXI precisa aprender a pesquisar

O nosso tempo exige uma nova apologética.

Já não basta aprender respostas de memória.

Precisamos saber como:

- encontrar as fontes;
- distinguir fontes primárias de fontes secundárias;
- reconhecer citações falsas;
- verificar números;
- distinguir opiniões da investigação académica;
- reconhecer propaganda;
- compreender o contexto histórico;
- identificar anacronismos;
- e comparar diferentes interpretações.

Isso é particularmente importante na Internet.



49. Cinco perguntas antes de compartilhar uma acusação contra a Igreja

Antes de compartilhar um post sobre a Inquisição, vale a pena perguntar:

1. Quem faz a afirmação?

Um historiador especializado?

Um divulgador?

Um ativista?

Uma conta anônima?

2. Qual é a fonte?

Existe um documento?

Uma obra científica?

Uma citação verificável?

3. A que período se refere?

Século XIII?

Século XV?

Século XVII?

Século XVIII?

4. Qual instituição?

A Inquisição medieval?

A espanhola?



A romana?

Um tribunal civil?

5. A cifra é documentada?

Esta última pergunta pode fazer muitos mitos desmoronarem.

50. Também a caridade deve orientar as nossas discussões históricas

Existe outra dimensão que frequentemente esquecemos.

Podemos ter razão historicamente e, ainda assim, discutir de maneira não cristã.

Se respondemos com insultos:

«Você é ignorante.»

«Você não faz a mínima ideia do que está falando.»

«Você foi manipulado.»

podemos vencer uma discussão, mas perder uma pessoa.

São Pedro recomenda:

«*Estai sempre prontos para responder a todo aquele que vos pedir a razão da esperança que há em vós; mas respondei com mansidão e respeito*» (1Pd 3,15).

Esse deveria ser o princípio de toda apologética católica.



Razão e caridade.

Não uma contra a outra.

51. Não devemos ter nem complexos nem arrogância

O título deste artigo contém uma expressão importante:

sem complexos.

O que isso significa?

Não significa:

«A Igreja sempre teve razão em tudo.»

Significa:

«Não preciso mentir para defender a minha fé.»

Não preciso aceitar uma caricatura.

Não preciso ter vergonha de ser católico.

Não preciso abandonar a história para defender a Igreja.

Não preciso transformar toda figura histórica católica em um herói.

Não preciso negar os pecados.

Não preciso aceitar as lendas.

Posso buscar a verdade.

E a verdade não tem nada a temer.



52. A verdadeira vitória consiste em recuperar a capacidade de pensar

Vivemos na época dos slogans.

«Inquisição.»

«Obscurantismo.»

«Fanatismo.»

«Opressão.»

«Idade Média.»

São palavras que muitas vezes servem como substitutos do pensamento.

Os católicos devem opor-se a essa lógica.

Não respondendo com outros slogans, mas redescobrimo a razão.

Perguntar.

Investigar.

Ler.

Comparar.

Distinguir.

Compreender.

E finalmente julgar à luz da verdade.



53. Uma Igreja que não tem medo da verdade

A Igreja não precisa de uma história inventada.

Possui uma história real.

E é uma história extraordinariamente rica.

É a história:

- dos mártires;
- dos pecadores;
- dos santos;
- dos hereges;
- dos missionários;
- dos imperadores;
- dos monges;
- dos reis;
- dos pobres;
- dos teólogos;
- dos inquisidores;
- dos reformadores;
- dos cientistas;
- dos artistas;
- dos pecadores arrependidos;
- dos homens que traíram Cristo;
- e dos homens que deram a vida por Ele.

É uma história humana atravessada pela graça.

Precisamente por isso é tão poderosa.



54. A Igreja não proclama a perfeição dos seus homens, mas a perfeição de Cristo

Este é talvez o ponto teológico decisivo.

A fé católica não se fundamenta na afirmação:

«Os católicos são moralmente perfeitos.»

Fundamenta-se em:

«Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem; morreu pelos nossos pecados; ressuscitou; fundou a sua Igreja e permanece com ela.»

Os homens podem falhar.

Cristo não pode falhar.

Os ministros podem pecar.

Os sacramentos não perdem por isso a sua eficácia.

Os historiadores podem errar.

A verdade revelada permanece.

55. A história deveria conduzir-nos à humildade

Quando estudamos a Inquisição, podemos cometer outro erro:

podemos transformar a história em uma arma com a qual nos sentimos moralmente superiores.



«Nós nunca teríamos feito algo assim.»

Temos certeza?

A história da humanidade está cheia de pessoas convencidas de que não seriam capazes das injustiças que acabaram cometendo.

A prudência cristã ensina a humildade.

O pecado não pertence exclusivamente a uma determinada época.

Orgulho, crueldade, ambição e abuso do poder podem manifestar-se em qualquer sociedade.

Por isso, o estudo da Inquisição deveria levar-nos não apenas a criticar o passado, mas também a examinar o nosso presente.

56. Que sociedade estamos construindo hoje?

Esta é uma pergunta muito mais incômoda.

Indignamo-nos com as penas do passado.

Mas o que acontece quando uma sociedade destrói publicamente uma pessoa sem que exista um processo?

Indignamo-nos com a censura religiosa.

Mas o que acontece quando algumas opiniões contemporâneas levam imediatamente à exclusão social?

Indignamo-nos com os tribunais do passado.

Mas o que acontece quando milhões de pessoas condenam alguém com base em um título que nem sequer leram?

A tecnologia mudou.



A natureza humana não mudou tanto.

57. O verdadeiro progresso não consiste simplesmente em mudar os instrumentos

Um homem medieval podia utilizar uma fogueira.

O homem moderno pode utilizar uma tela.

Mas ambos podem sentir ódio.

O progresso tecnológico não garante o progresso moral.

Podemos possuir inteligência artificial, redes sociais, medicina avançada e sistemas jurídicos sofisticados e, ainda assim, conservar antigas fraquezas humanas.

Por isso precisamos de uma antropologia cristã.

Precisamos recordar que o coração humano necessita da redenção.

58. A misericórdia não destrói a justiça

A resposta cristã não consiste em negar toda forma de justiça.

O Evangelho não diz que o mal é irrelevante.

A justiça é uma virtude.

As sociedades precisam de leis.

Os culpados podem receber penas.

A autoridade legítima é necessária.



Mas a justiça cristã deve estar ligada à dignidade humana e à possibilidade da conversão.

Não se trata de escolher entre justiça e misericórdia.

Trata-se de compreender que a verdadeira justiça nunca pode transformar-se em crueldade.

59. A última lição para o católico

Quando alguém ataca a Igreja invocando a Inquisição, não tenhais medo.

Mas não percais tampouco a caridade.

Podeis responder:

Sim, existiram tribunais inquisitoriais.

Sim, houve abusos.

Sim, em determinados casos foi utilizada a tortura.

Sim, houve execuções.

Não, a propaganda tradicional não representa adequadamente todas as dimensões do fenómeno.

Não, as cifras populares mais espetaculares não são historicamente confiáveis.

Não, não existiu uma única «Inquisição» homogênea durante toda a história.

Não, a Igreja não pode ser simplesmente identificada com toda decisão tomada pelos poderes civis.

Não, os pecados de determinados cristãos não demonstram que o Evangelho seja falso.

E sim, a história deve ser estudada através de documentos, contexto e honestidade.



Esta resposta não é fraca.

É forte.

Porque não depende da propaganda.

Depende da verdade.

60. Um guia prático para defender a fé contra as Lendas Negras

Quando alguém formula uma acusação histórica contra a Igreja, podemos proceder assim:

Passo 1: Não reagir emocionalmente

Não aceite imediatamente a acusação.

Mas também não a negue automaticamente.

Passo 2: Pedir a fonte

«De onde vem esta informação?»

Passo 3: Determinar o período

«De que século estamos falando?»

Passo 4: Determinar a instituição

«Está falando da Inquisição medieval, espanhola ou romana?»

Passo 5: Distinguir acusação, condenação e execução

Não são a mesma coisa.



Passo 6: Distinguir Igreja e poder civil

Nem toda ação de uma monarquia católica é automaticamente uma doutrina da Igreja.

Passo 7: Reconhecer os fatos reais

Não negar aquilo que está documentado.

Passo 8: Corrigir os exageros

Sobretudo cifras e generalizações.

Passo 9: Explicar o contexto

Mentalidade jurídica, estrutura política, concepção religiosa da sociedade.

Passo 10: Voltar ao Evangelho

Porque o objetivo final não é vencer uma discussão histórica.

É mostrar a verdade de Cristo.

61. Uma última meditação espiritual

A história da Igreja é, sob muitos aspectos, a história da luta entre a graça e o pecado.

São Paulo expressa isso assim:

«Temos, porém, este tesouro em vasos de barro, para que apareça que o extraordinário poder provém de Deus e não de nós» (2Cor 4,7).

Esta frase ilumina perfeitamente a história cristã.



A Igreja possui um tesouro.

Mas os seus membros são vasos de barro.

Alguns foram santos.

Outros foram pecadores.

Alguns defenderam heroicamente a verdade.

Outros abusaram da sua autoridade.

Alguns morreram por Cristo.

Outros fizeram o próximo sofrer.

Não devemos negar nenhuma dessas realidades.

Mas também não devemos permitir que os pecados dos vasos nos levem a negar o tesouro.

Conclusão: a verdade não precisa de uma lenda para se defender

A Inquisição deve ser estudada com rigor.

Não como um monstro mitológico.

Mas também não como uma instituição perfeita.

Tratou-se de diferentes tribunais eclesiásticos, surgidos em determinados contextos históricos e atuando em sociedades nas quais a religião representava uma dimensão essencial da vida pública. Houve procedimentos jurídicos, investigações, diferentes penas, abusos, torturas e execuções. Houve, porém, também exageros, cifras inflacionadas, narrativas propagandísticas e simplificações posteriores.

A realidade é complexa.



E precisamente por isso merece ser conhecida.

O católico não precisa escolher entre duas mentiras:

«A Igreja foi sempre irrepreensível.»

ou

«A Igreja foi sempre uma instituição criminosa.»

Ambas são caricaturas.

A verdade é mais profunda.

A Igreja é composta por homens que precisam de conversão, mas guarda um depósito que não provém dos homens.

A história contém pecados reais, mas contém também uma corrente imensa de santidade.

Houve inquisidores, mas também houve santos.

Houve abusos, mas também houve mártires.

Houve erros, mas também houve universidades, hospitais, missões, obras de caridade, tratados de direito, filosofia e teologia e uma civilização inteira desenvolvida em torno de Cristo.

E, sobretudo, houve — e ainda existe — um Evangelho que não pode ser reduzido aos erros daqueles que não conseguiram vivê-lo.

Portanto, quando alguém nos apresenta uma nova acusação histórica contra a Igreja, não devemos responder com medo.

Respondamos com serenidade.

Investiguemos.

Distingamos.

Reconheçamos.



Corrijamos.

Contextualizemos.

E defendamos a verdade.

Porque o cristianismo não tem medo da história.

A Igreja não precisa de uma história falsificada.

E o católico não precisa de complexos.

Como nos recorda São Pedro:

«Estai sempre prontos para responder a todo aquele que vos pedir a razão da esperança que há em vós; mas respondei com mansidão e respeito» (1Pd 3,15).

Esta é a verdadeira apologética.

Não negar o passado.

Não idealizá-lo.

Não demonizá-lo.

Compreendê-lo à luz da verdade.

E, depois de compreender a história, voltar o olhar para Cristo.

Porque, em última análise, a pergunta decisiva não é aquilo que todos os cristãos fizeram ao longo dos séculos.

A pergunta decisiva continua sendo aquela que atravessa toda a história:

Quem é Jesus Cristo?

E diante dessa pergunta nenhuma Lenda Negra pode mudar a verdade do Evangelho.